

O peso invisível do cuidado: o trabalho não remunerado e a luta das mulheres negras¹

The invisible weight of care: unpaid Labor and the Struggle of Black Women

MARCIO DE SOUZA
Faculdade Unyleya | PUC-Rio

LARA SILVA ROCHA ALVES
PUC-Rio

LARISSA VITÓRIA COSTA DA SILVA
PUC-Rio

SANDRINI MATOS DE SOUZA
PUC-Rio

DALVA DA CONCEIÇÃO BRAGA
PUC-Rio

ESTHER MISCHIATTI MORAES
PUC-Rio

SOLANGE CRISTINA DA SILVA MENDES
PUC-Rio

Resumo: O artigo analisa as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, com foco no trabalho de cuidado não remunerado. A análise aborda como o sistema capitalista patriarcal, machista e sexista perpetua a exploração dessas mulheres, agravando as desigualdades de classe, raça e etnia. Historicamente, desde a colonização, o patriarcado relegou as mulheres negras a posições subalternas, especialmente no trabalho de cuidado. O estudo também realça a pertinência de movimentos históricos, como a criação da Associação das Empregadas Domésticas e a atuação de lideranças como Dona Zica de Oliveira, na luta por reconhecimento e direitos trabalhistas. A aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, é apresentada como um marco relevante na busca pela igualdade de direitos, embora a opressão estrutural ainda persista. O artigo conclui assinalando a necessidade de valorização do trabalho de cuidado, implementação de políticas públicas inclusivas e fortalecimento dos movimentos

¹ Este artigo é uma adaptação do trabalho intitulado 'O Peso Invisível do Cuidado: sobrecarga de trabalho não remunerado e a resistência das mulheres negras', apresentado como requisito para a obtenção da nota final na disciplina 'Classe, Gênero, Etnia e Geração', ministrada pelo Prof. Dr. Marcio de Souza, no curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no semestre 2024.1.

antirracistas para garantir condições dignas e direitos iguais às mulheres negras, promovendo assim uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Trabalho, Patriarcado, Cuidado, Trabalho não remunerado, Trabalhadoras domésticas.

Abstract: The article analyzes the inequalities faced by Black women in Brazil, with a focus on unpaid care work. It analyzes how the patriarchal, sexist, and capitalist system perpetuates the exploitation of these women, exacerbating class, racial, and ethnic inequalities. Historically, since colonization, patriarchy has relegated Black women to subordinate roles, particularly in care work. The study underscores the relevance of historical movements, such as the establishment of the Domestic Workers' Association and the leadership of figures like Dona Zica de Oliveira, in the fight for recognition and labor rights. The approval of Constitutional Amendment No. 72, in 2013, is presented as a momentous step towards equal rights, although structural oppression persists. The article concludes by stressing the necessity to recognize and value care work, implement inclusive public policies, and strengthen anti-racist movements to ensure dignified conditions and equal rights for Black women, contributing to a more just and equitable society.

Keywords: Work, Patriarchy, Care, Unpaid work, Domestic workers

De Souza, Marcio, et al. O PESO INVISÍVEL DO CUIDADO: o trabalho não remunerado e a luta das mulheres negras. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jun. 2025. ISSN digital 2675-9993

1 Introdução

O trabalho de cuidado não remunerado, tradicionalmente atribuído às mulheres, constitui um dos pilares invisíveis que sustentam o funcionamento das famílias e comunidades. No entanto, a sobrecarga desse tipo de trabalho impõe desafios consideráveis, especialmente para as mulheres negras, que enfrentam uma dupla discriminação — tanto racial quanto de gênero. Nesse contexto, este estudo visa analisar como a sobrecarga do trabalho não remunerado impacta as mulheres negras, com foco no cuidado dentro de suas famílias e comunidades, realçando as implicações sociais e históricas desse fenômeno. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de visibilizar e valorizar o trabalho de cuidado realizado por mulheres negras, frequentemente marginalizado e desvalorizado.

A pesquisa ora apresentada utiliza uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, e visa contribuir para o debate sobre igualdade de gênero e raça. Assim, o artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, discutimos o conceito de trabalho e suas múltiplas dimensões, abordando as contribuições de pensadores clássicos como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, e de autores brasileiros como Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Essas teorias fornecem uma base para compreender como o trabalho é estruturado na sociedade e suas implicações sociais e econômicas.

A segunda seção explora a dinâmica do trabalho não remunerado no contexto das mulheres, com atenção especial ao trabalho doméstico. Analisamos as raízes históricas do

patriarcado no Brasil, as condições estruturais que moldaram a posição das mulheres e como a divisão sexual do trabalho perpetua desigualdades de gênero e raça.

Na terceira seção, aprofundamos a discussão sobre as implicações do trabalho não remunerado para as mulheres negras, com foco na interseção de raça, gênero e classe. Esta seção examina como as mulheres negras têm sido sobrecarregadas com responsabilidades de cuidado em suas famílias e comunidades, e como essas responsabilidades se conectam com as estruturas de opressão histórica e contemporânea.

Por fim, a quarta seção trata da luta das trabalhadoras domésticas no Brasil, destacando figuras-chave como Dona Zica (Anazir Maria de Oliveira) e outras líderes que contribuíram substancialmente para a organização e reconhecimento das trabalhadoras domésticas. A seção realça as conquistas do movimento e os desafios que ainda persistem, enfatizando a pertinência de políticas públicas que garantam direitos e visibilidade para estas mulheres.

Este estudo busca, dessarte, oferecer uma análise sobre a sobrecarga do trabalho não remunerado das mulheres negras, considerando as dimensões sociais, históricas e estruturais que influenciam suas experiências, e a pertinência de reconhecer e valorizar esse trabalho vital para a sociedade.

2 Entre função e significado: o que entendemos por trabalho?

O trabalho é uma atividade basilar na vida humana, desempenhando um papel central tanto na produção de bens e serviços quanto na organização das sociedades. Neste contexto, exploraremos o conceito de trabalho por meio das contribuições de renomados pensadores, como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Analisaremos como suas teorias moldaram nossa compreensão do trabalho, além de considerar as dimensões sociais e econômicas relevantes envolvidas.

Karl Marx, em suas obras "O Capital" (2013) e "Manuscritos Econômico-Filosóficos" (2004), define o trabalho como uma atividade essencial pela qual os seres humanos interagem com a natureza para satisfazer suas necessidades. O autor argumenta que, no capitalismo, o trabalho se transforma em uma mercadoria, resultando na alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, ao processo de produção, à sua própria essência e aos demais trabalhadores. Para Marx, a alienação do trabalho é uma característica central da exploração capitalista, onde a mais-valia (o valor excedente produzido pelo trabalhador) é apropriada pelo capitalista.

Max Weber, em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" (2004), aborda o trabalho sob uma perspectiva sociocultural. Ele argumenta que a ética protestante, especialmente o calvinismo, desempenhou um papel importante no desenvolvimento do capitalismo moderno ao valorizar o trabalho árduo, a disciplina e o desenvolvimento espiritual como sinais de eleição divina. Para Weber, o trabalho adquire um significado moral e religioso, moldando atitudes econômicas e sociais que impulsionaram o crescimento do capitalismo ocidental.

Émile Durkheim, em "A Divisão do Trabalho Social" (1999), examina o trabalho sob a ótica da coesão social. Durkheim afirma que a divisão do trabalho na sociedade moderna gera uma solidariedade orgânica, onde a interdependência entre indivíduos com funções distintas fortalece a coesão social. Diferentemente da solidariedade mecânica das sociedades pré-modernas, que se baseava na semelhança, a solidariedade orgânica é fundamentada na interdependência e na diversidade das funções de trabalho.

Dessa forma, pode-se dizer que o trabalho é uma atividade complexa e multifacetada que vai além da simples produção de bens e serviços, desempenhando um papel basilar na formação das relações sociais, das estruturas econômicas e das identidades pessoais. Cada pensador oferece uma visão distinta sobre como o trabalho impacta a vida humana e a sociedade. Ou seja, cada uma dessas perspectivas oferece uma compreensão única sobre o papel e os efeitos do trabalho. Enquanto Marx enfoca a alienação e a exploração, Weber examina a influência da ética religiosa sobre o desenvolvimento capitalista, e Durkheim explora como o trabalho contribui para a coesão social. Juntas, essas visões proporcionam uma compreensão abrangente da valia e dos impactos do trabalho na vida humana e na sociedade.

Quando a discussão é ampliada para incluir autores brasileiros, Celso Furtado, em sua obra "Formação Econômica do Brasil" (2007), oferece uma análise crítica do desenvolvimento econômico do país e do papel do trabalho na industrialização. Furtado evidencia as profundas desigualdades e a concentração de renda que têm permeado a história do trabalho no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Segundo Furtado, o modelo econômico dependente e periférico do Brasil gerou uma estrutura de trabalho caracterizada pela exploração e informalidade, onde uma parcela expressiva da força de trabalho enfrenta a ausência de direitos basilares e condições dignas. A análise de Furtado destaca como essas condições históricas e estruturais moldam a realidade do trabalho no Brasil, refletindo na persistente desigualdade econômica e social.

Darcy Ribeiro, em "O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil" (1995), proporciona uma análise profunda e multidimensional do trabalho no contexto da formação da sociedade brasileira. Ribeiro explora como o trabalho indígena, escravo africano e, posteriormente, dos imigrantes europeus e asiáticos, desempenhou papéis relevantes na construção da identidade e na economia do Brasil. Ele realça a diversidade das influências culturais e como essas diferentes formas de trabalho contribuíram para moldar a complexa realidade social e econômica do país. A obra de Ribeiro enfatiza a interação entre diversos grupos étnicos e suas contribuições distintas, revelando como essas interações ajudaram a configurar o Brasil moderno.

Paulo Freire, um dos mais renomados educadores brasileiros, aborda o trabalho em "Pedagogia do Oprimido" (1987) a partir de uma perspectiva educacional e de emancipação social. Freire defende que a educação deve empoderar os trabalhadores, auxiliando-os a tomar consciência de sua situação de opressão e a se envolver em ações coletivas para transformar essa realidade. Para Freire, o trabalho transcende sua função econômica, sendo visto como um veículo de realização pessoal e transformação social. Ele acredita que, por meio da educação crítica, os trabalhadores podem desenvolver uma

compreensão mais profunda de sua condição e se engajar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, as abordagens dos autores citados oferecem perspectivas complementares sobre o trabalho. Celso Furtado analisa as desigualdades econômicas e a estrutura do trabalho no contexto do desenvolvimento econômico brasileiro. Darcy Ribeiro enfoca o papel histórico e cultural do trabalho na formação da identidade e economia do Brasil. Já Paulo Freire destaca a pertinência da educação e da conscientização para a emancipação dos trabalhadores, vendo o trabalho como um meio de realização pessoal e transformação social. Juntas, essas visões oferecem um entendimento mais profundo e multifacetado do trabalho, revelando sua complexidade e centralidade na vida humana e na estrutura social.

3 O cuidado sob pressão: o trabalho não remunerado e a obrigação feminina

Para analisar a dinâmica entre trabalho e gênero no contexto do sistema patriarcal capitalista na sociedade brasileira, é vital realizar um resgate histórico da formação social brasileira e das manifestações do patriarcado, que moldaram as mulheres para ocupar uma posição desigual e inferior em relação aos homens.

Desde o início da colonização portuguesa, o patriarcado estabeleceu-se como a estrutura dominante nas relações sociais no Brasil. As famílias coloniais, fortemente influenciadas pela Igreja Católica, eram chefiadas por homens que exerciam autoridade absoluta sobre esposas, filhos e escravizados. Essa estrutura patriarcal não apenas reforçou a desigualdade entre os gêneros, mas também estabeleceu um sistema de controle e subordinação que persistiu ao longo dos séculos.

As mulheres brancas e de elite eram confinadas ao espaço doméstico, dedicando-se ao cuidado da casa e dos filhos. Esse confinamento não apenas limitava suas oportunidades de participação pública e econômica, mas também consolidava sua posição subordinada na sociedade. Em contraste, as mulheres indígenas e africanas escravizadas enfrentavam condições ainda mais severas, sujeitas a trabalho forçado, violência sexual e uma completa negação de seus direitos humanos e dignidade.

No século XIX, o sistema de distinção social e os códigos coercitivos perpetuavam a expectativa de que as mulheres se dedicassem ao trabalho doméstico com seus dotes de costura, envolvendo tarefas como remendos, recosturas, lavagem e passagem de roupas. Esse treinamento era transmitido pelas matriarcas às jovens desde a infância, perpetuando o papel da mulher como "dona de casa" e responsável pelo cuidado e educação dos filhos. A ideia de que o trabalho doméstico é um dever feminino foi solidificada e reforçada ao longo das gerações.

Com a abolição do tráfico de escravos em 1850 e o subsequente êxodo rural, grandes centros urbanos passaram a concentrar uma expressiva quantidade de mão de obra feminina disponível para trabalhos de cuidado. As mulheres pobres livres muitas vezes se tornavam criadas como uma forma de garantir alguma estabilidade, com abrigo e comida

fornecidos pela patroa. Em 1870, 71% das mulheres ativas no Rio de Janeiro trabalhavam como criadas, desempenhando funções como mucamas, pajens, amas-de-leite, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, entre outras (Carvalho, 2008, p. 248). Essas mulheres, livres ou escravizadas, enfrentavam condições precárias e eram frequentemente vistas como disponíveis sexualmente, perpetuando a condição de exploração e subalternidade.

Após a abolição da escravatura e a transição para uma sociedade republicana, começaram a surgir algumas mudanças na legislação e na estrutura social. No entanto, o patriarcado continuou a exercer sua influência predominante. A legislação do início do século XX, como o Código Civil de 1916, reforçava a subordinação feminina ao estabelecer o marido como o chefe da família, consolidando um sistema de controle patriarcal que assegurava a continuidade da desigualdade de gênero.

O século XX trouxe novas dinâmicas com o fortalecimento dos movimentos feministas no Brasil. Esses movimentos, compostos por mulheres que lutavam pela ampliação de seus direitos, desafiaram o *status quo* patriarcal e alcançaram conquistas substanciais, como o direito ao voto em 1932, e avançaram na luta pelo acesso à educação e ao mercado de trabalho. As feministas também buscavam garantir direitos reprodutivos e promover a igualdade de gênero. Apesar desses avanços, a realidade das mulheres no Brasil ainda é marcada por desafios persistentes, como discriminação, violência e invisibilidade em diversos espaços sociais e profissionais.

Federici, em "O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva" (2017), oferece uma análise crítica da relação de gênero e da divisão sexual do trabalho. Ela explora como as relações históricas e sociais moldaram a posição da mulher na economia e na sociedade, destacando a interconexão entre trabalho doméstico não remunerado e as estruturas patriarcais que sustentam a desigualdade de gênero. Federici argumenta que o trabalho de cuidado não remunerado é vital para a manutenção do capitalismo, funcionando como um mecanismo para perpetuar a exploração e a opressão.

De acordo com Federici (2017), "O salário destinado ao homem se tornou um instrumento de submissão das mulheres ao trabalho reprodutivo. Dessa maneira, a dependência econômica contribuiu para impor às mulheres o trabalho reprodutivo gratuito, mas invisibilizado, que é essencial para o capitalismo" (Federici, 2017, p. 145). Ela realça como a dependência econômica das mulheres em relação aos homens reforça a divisão sexual do trabalho e perpetua a desigualdade de gênero.

Ao analisar a base social brasileira, marcada por estruturas machistas, heteronormativas, racistas e patriarcais, torna-se evidente como as mulheres são condicionadas a desempenhar papéis de cuidado. Elas assumem responsabilidades como cuidar do marido, dos filhos e da casa, enquanto simultaneamente precisam contribuir com a renda familiar, especialmente quando são chefes de família.

Dados da Secretaria Nacional da Família (2015) mostram que, ao longo dos anos, houve um aumento na presença de mulheres como chefes de família. Essa mudança reflete uma transformação nas estruturas familiares, embora a desigualdade de gênero e a carga desproporcional de trabalho de cuidado ainda persistam.

Estudos realizados pelo IBGE (2019) revelam que as mulheres dedicam significativamente mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidado em comparação com os homens. Essa disparidade na distribuição das responsabilidades de cuidado realça a necessidade de reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado, que é basilar para a sustentabilidade e o bem-estar das famílias e comunidades.

O papel da mulher como responsável pelo lar e pelo cuidado está profundamente enraizado nas estruturas do sistema capitalista, que depende da opressão e exploração contínuas para sua sustentação. A divisão tradicional do trabalho, que atribui às mulheres responsabilidades domésticas e de cuidado não remunerado, garante a continuidade da força de trabalho masculina no mercado formal e reduz os custos associados à reprodução da força de trabalho. Esse arranjo é sustentado por uma complexa rede de normas sociais e culturais que reforçam a ideia de que o trabalho de cuidado é uma responsabilidade intrinsecamente feminina, perpetuando a desigualdade de gênero e reforçando desigualdades de classe e raça.

4 Trabalho invisível: as marcas do trabalho não remunerado nos corpos negros

O trabalho de cuidado não remunerado, tradicionalmente atribuído às mulheres, é uma dimensão capital na vida das mulheres negras, que enfrentam uma carga desproporcional de responsabilidades no cuidado de suas famílias e comunidades. As expressões do trabalho não remunerado nos corpos negros revelam a interseção complexa entre raça, gênero e classe, destacando as experiências singulares dessas mulheres diante da sobrecarga de atividades de cuidado que frequentemente não são reconhecidas nem valorizadas.

Historicamente, as mulheres negras desempenharam papéis vitais no sustento e bem-estar de suas famílias e comunidades, muitas vezes em detrimento de sua própria saúde e reconhecimento. A análise do trabalho não remunerado nos corpos negros realça a necessidade premente de reconhecer e valorizar o cuidado realizado por essas mulheres, especialmente dentro das estruturas de opressão e desigualdade que perpetuam sua marginalização.

Em seu livro “Mulheres, Raça e Classe” (2016), Angela Davis oferece uma análise crítica sobre o trabalho não remunerado, sublinhando suas interseccionalidades com raça, gênero e classe. Davis examina como as experiências das mulheres negras são moldadas por uma sobrecarga de responsabilidades no cuidado de suas famílias e comunidades, enfatizando as complexas interações entre esses fatores. Ela destaca a historicidade e a profundidade das questões envolvidas, revelando como o trabalho de cuidado não remunerado está intrinsecamente ligado às estruturas de opressão e desigualdade.

Davis traça as raízes históricas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras, ligando-as à herança da escravidão e suas repercussões contemporâneas. Sua análise abrange temas como educação, libertação e a luta por direitos e reconhecimento,

oferecendo uma visão abrangente sobre como essas mulheres enfrentam discriminação e desigualdade sistêmica em sua vida cotidiana.

A análise das expressões do trabalho não remunerado nos corpos negros revela um panorama alarmante de desigualdade e sobrecarga para as mulheres negras. Dados estatísticos evidenciam a magnitude desses desafios, realçando a urgência de reformas estruturais que reconheçam e valorizem o cuidado prestado por essas mulheres em suas famílias e comunidades.

Segundo Sueli Carneiro (2015), “[...] a análise do trabalho não remunerado nos corpos negros revela as nuances das opressões raciais e de gênero que permeiam a sociedade brasileira” (Carneiro, 2015, p. 38). Carneiro enfatiza a necessidade de compreender as complexidades e desigualdades inerentes a essa dinâmica. Reconhecida por seu ativismo e intelectualidade, Carneiro oferece reflexões profundas sobre questões raciais e de gênero, sublinhando o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres negras em suas comunidades. Ela realça que o trabalho doméstico, desde o período da escravidão no Brasil, tem sido um campo onde as mulheres negras foram historicamente confinadas, sem o devido reconhecimento e submetidas a condições precárias. A análise de Carneiro sublinha a valia de considerar a interseccionalidade entre raça e gênero para compreender o trabalho não remunerado das mulheres negras, evidenciando as múltiplas formas de discriminação e exploração que permeiam suas vidas. Ao realçar as nuances das opressões enfrentadas por essas mulheres, Carneiro convoca uma reflexão sobre as estruturas de poder e desigualdade que perpetuam essas situações, sublinhando a urgência de promover políticas e práticas que reconheçam e valorizem o trabalho e a dignidade das mulheres negras no Brasil.

De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em 2023, as mulheres negras dedicam, em média, 21 horas e 36 minutos semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, enquanto as mulheres brancas dedicam 13 horas e 48 minutos. Esse dado demonstra uma disparidade expressiva na distribuição do trabalho de cuidado, com as mulheres negras assumindo uma carga muito maior, o que impacta profundamente suas vidas e seu bem-estar.

O Relatório Mundial sobre Salários da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2022-2023 indica que, globalmente, as mulheres ganham, em média, 20% a menos do que os homens. Embora o relatório não apresente dados específicos sobre a disparidade salarial entre mulheres negras e seus colegas homens e mulheres brancas, estudos complementares mostram que mulheres negras enfrentam desigualdades salariais ainda mais profundas. Um exemplo disso é um estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), que, no primeiro trimestre de 2023, apontou que a remuneração média das mulheres negras no Brasil era de R\$ 1.948, o que corresponde a apenas 48% do que os homens brancos ganham, em média.

Essa disparidade salarial não só agrava a pressão sobre as mulheres negras para assumir responsabilidades de cuidado não remunerado, mas também reforça o ciclo de desigualdade e sobrecarga de trabalho. Esses dados evidenciam de forma límpida como a sobrecarga de trabalho não remunerado afeta desproporcionalmente as mulheres negras,

perpetuando ciclos de desigualdade e opressão estrutural. Portanto, é capital que políticas públicas e ações afirmativas reconheçam e valorizem o trabalho de cuidado realizado por essas mulheres, garantindo condições justas, equitativas e dignas para todas.

Bell Hooks (2000), em suas análises sobre feminismo negro, oferece uma perspectiva crítica sobre as implicações do trabalho não remunerado nas comunidades negras. Em "Black Feminist Thought," Hooks explora como as mulheres negras são sobrecarregadas com responsabilidades de cuidado sem o devido reconhecimento ou suporte. Ela enfatiza a necessidade premente de questionar e desafiar as estruturas patriarcais e racistas que perpetuam essa desigualdade, incentivando uma reflexão profunda sobre as dinâmicas de poder que moldam essa realidade.

Patricia Hill Collins (1990), ao investigar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe em "Black Feminist Thought in the Matrix of Domination", revela a complexidade das experiências das mulheres negras no que diz respeito ao trabalho não remunerado. Collins enfatiza como essas mulheres enfrentam múltiplas formas de opressão e marginalização, realçando a valia de compreender como a interseccionalidade influencia a distribuição desigual do trabalho de cuidado. Essa compreensão é vital para reconhecer as consequências que essa dinâmica impõe às comunidades negras.

Portanto, é premente reconhecer e combater a sobrecarga de trabalho não remunerado que atinge desproporcionalmente as mulheres negras. É primordial promover mudanças estruturais que valorizem o cuidado como uma prática basilar, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades negras.

5 Do lar às ruas: a luta das domésticas e a força transformadora de mulheres negras

A luta das trabalhadoras domésticas no Brasil é uma história de resistência e conquista que remonta a um passado marcado pelo colonialismo e pela escravidão. A maioria dessas trabalhadoras são mulheres negras, que, ao longo das décadas, têm lutado para que seu trabalho fosse reconhecido como uma categoria profissional legítima, com direitos trabalhistas garantidos.

O início da sindicalização das empregadas domésticas no Brasil remonta a 1936, com a fundação da Associação das Empregadas Domésticas em São Paulo. Essa organização buscava a formalização do trabalho doméstico e a garantia dos direitos trabalhistas para essas mulheres. Entre as ativistas mais notáveis dessa época está Laudelina de Campos Melo (1904-1991), uma empregada doméstica, sindicalista e militante do movimento negro, cuja atuação foi basilar para o avanço do movimento das empregadas domésticas no Brasil.

Um marco relevante na trajetória das trabalhadoras domésticas foi sua participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Nesse evento, representantes da Associação das Trabalhadoras Domésticas se organizaram para apresentar a Carta das Trabalhadoras Domésticas, um documento com reivindicações detalhadas sobre suas necessidades e

demandas. No discurso de Lenira de Carvalho, durante a ANC, a pertinência do trabalho não remunerado foi realçada:

Fala-se muito que os trabalhadores empregados domésticos não produzem lucro, como se fosse algo que se expressasse, apenas e tão-somente, em forma monetária. Nós produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, que sem ter acesso a instrução e cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões. Queremos ser reconhecidos como categoria profissional de trabalhadores empregados domésticos e termos direito de sindicalização, com autonomia sindical. Reivindicamos o salário-mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado, 13ºsalário, estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço),e demais direitos trabalhistas consolidados. Extensão, de forma plena, aos trabalhadores empregados domésticos, dos direitos previdenciários. (ANC, 1987, p. 112)

A Constituição Cidadã de 1988 foi um avanço relevante, garantindo alguns direitos aos trabalhadores domésticos no artigo 7º, mas apenas 9 dos 34 direitos trabalhistas basilares presentes para outras categorias foram concedidos. A verdadeira equiparação veio com a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, promulgada em 2013, que assegurou aos trabalhadores domésticos todos os 34 direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

Entre as figuras proeminentes no movimento de defesa do trabalho doméstico remunerado está Dona Zica, ou Anazir Maria de Oliveira, natural da Cidade de Manhumirim (MG), moradora de Vila Aliança, Bangu, desde 1964. Mulher negra e periférica, Zica se destacou como exemplo de luta e resistência. Formada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ela se inspirou na realidade social das trabalhadoras domésticas para se tornar assistente social e lutar pela garantia de direitos. Anteriormente formada em Pedagogia pela Universidade Cidade, Zica continua ativa nos movimentos sociais aos 89 anos.

Além de Zica de Oliveira, outras líderes desempenharam papéis basteiros na luta das trabalhadoras domésticas no Brasil. Benedita Souza da Silva Sampaio, conhecida como Benedita da Silva, foi a única mulher e a única mulher negra a compor a mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, atuando como porta-voz das trabalhadoras domésticas nas decisões sobre as novas diretrizes da Constituição².

Nair Jane de Castro Lima, nascida no Maranhão, foi uma liderança das trabalhadoras domésticas no Rio de Janeiro. Mulher negra, babá desde os nove anos, sua história de vida reflete a de milhares de outras domésticas. Nos anos 1960, vinculou-se à Juventude Operária Católica (JOC) e tornou-se presidenta da Associação Profissional das

²Diponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/linha-do-tempo/breve-historia-do-trabalho-domestico/?utm_source=chatgpt.com Acesso em 26 jun. 2024.

Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro. No início da década de 1970, participou de sua transformação em sindicato, do qual se tornaria a primeira presidente, em 1988³.

Creuza Maria Oliveira, natural de Santo Amaro, na Bahia, é uma das mais importantes líderes sindicais e defensora da causa das trabalhadoras domésticas do país. Dedicou sua vida à luta das domésticas, trabalho no qual exerceu e iniciou ainda muito jovem, aos 9 anos. Foi uma das fundadoras da Associação das Empregadas Domésticas da Bahia e, posteriormente, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). Em 2023, recebeu o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal da Bahia, tornando-se a primeira trabalhadora doméstica do Brasil a ser homenageada com essa honraria⁴.

Cada uma dessas mulheres contribuiu substancialmente para a conquista dos direitos e reconhecimento das trabalhadoras domésticas no Brasil, desempenhando papéis vitais na organização sindical e na promoção de políticas públicas que visam melhorar as condições de trabalho e vida dessa categoria.

Considerações finais

Diante das reflexões apresentadas, é evidente que o sistema capitalista brasileiro está profundamente enraizado na opressão e exploração das mulheres negras, especialmente no que se refere ao trabalho subalternizado e ao trabalho doméstico não remunerado. Este sistema econômico patriarcal, machista e sexista perpetua uma estrutura de desigualdade que transcende não apenas a classe, mas também raça, etnia e geração, acentuando ainda mais a marginalização das mulheres negras e a negação de seus direitos trabalhistas.

O trabalho doméstico, muitas vezes invisibilizado e desvalorizado, representa uma faceta expressiva dessa desigualdade. As mulheres negras, que historicamente ocupam posições predominantes nesse setor, enfrentam uma carga desproporcional de trabalho não remunerado, refletindo a interseção complexa de opressões que definem suas experiências. O sistema patriarcal e racista que sustenta o capitalismo se aproveita dessa situação para manter a força de trabalho feminina em condições de subordinação e exploração.

Além disso, a persistência dessas desigualdades é um reflexo de uma estrutura social que historicamente tem marginalizado e desconsiderado as contribuições das mulheres negras, tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho formal. A luta das trabalhadoras domésticas, exemplificada por figuras como Dona Zica e os movimentos liderados por outras ativistas, ilustra a resistência e a resiliência dessas mulheres em sua busca por reconhecimento e direitos.

³Diponível em: https://fenatrad.org.br/2022/12/20/documentario-exibe-a-trajetoria-de-nair-jane-na-luta-das-trabalhadoras-domesticas/?utm_source=chatgpt.com Acesso em 26 jun. 2024.

⁴Diponível em: https://fenatrad.org.br/2023/07/06/creuza-oliveira-sera-a-primeira-trabalhadora-domestica-do-brasil-a-ser-doutora-honoris-causa-conselho-da-ufba-aprova-o-titulo/?utm_source=chatgpt.com e https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/linha-do-tempo/breve-historia-do-trabalho-domestico/?utm_source=chatgpt.com Acesso em 26 jun. 2024.

Reconhecer e compreender essa desigualdade é o primeiro passo para a mudança. É vital dar visibilidade a essas questões, realçando a valia de movimentos antirracistas e de justiça social que buscam promover equidade e valorização das mulheres negras. A luta deve se concentrar na conquista de remuneração justa, garantias de direitos trabalhistas e a valorização do trabalho de cuidado, que é basilar para o funcionamento da sociedade e da economia.

Mais políticas públicas e ações afirmativas precisam ser implementadas com o objetivo de erradicar a desigualdade estrutural e garantir que todas as mulheres, especialmente as negras, tenham acesso a condições de trabalho dignas e justas. A criação de espaços para que essas mulheres se organizem, sejam ouvidas e tenham sua voz representada é primordial para promover uma transformação substancial e duradoura na sociedade.

Portanto, o reconhecimento da desigualdade e a promoção de justiça social são imperativos para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa. A luta pela valorização e remuneração do trabalho doméstico, bem como pelo respeito aos direitos das trabalhadoras, deve continuar sendo uma prioridade para todos que buscam um futuro mais igualitário e inclusivo.

Referências Bibliográficas

ANC. **Reivindicações dos trabalhadores empregados domésticos**. Assembleia Nacional Constituinte, 1987. p. 112.

ARAÚJO, N. V.; LIMA, A. J. Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 25, p. 115-130, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2887>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 147-163, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5955>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BORTOLETTI, F. P. Trabalho doméstico escravo: da origem aos dias atuais. **Blog Mizuno**, 2021. Disponível em: <https://blog.editoramizuno.com.br/trabalho-domestico-escravo-da-origem-aos-dias-atuais/#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20trabalho%20doméstico,passariam%20a%20te r%20suas%20casas>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72**, de 2 de abril de 2013. Altera a Constituição Federal para estender aos trabalhadores domésticos os direitos sociais nela previstos. **Diário Oficial da União**, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_tras/emc72.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150**, de 01 de junho de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Arranjos Familiares no Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought in the Matrix of Domination**. New York: Routledge, 2000.

COSTA, C. M. V. **O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2023.

CRESS-SC. **Trabalhadoras domésticas destacam desafios da categoria e o papel do Serviço Social**. 27 abr. 2022. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/2022/04/27/trabalhadoras-domesticas-destacam-desafios-da-categoria-e-o-papel-do-servico-social/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURKHEIM, É. **A Divisão do Trabalho Social**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOOKS, B. **Black Feminist Thought**. New York: Routledge, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9223-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua.html?t=o-que-e>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). **Pesquisa sobre remuneração média das mulheres negras no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/mulheres-negras-recebem-48-do-que-ganham-homens-brancos>. Acesso em: 10 dez. 2025.

IPEA. **Estudo sobre distribuição do trabalho não remunerado entre mulheres no Brasil**. 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14024-estudo-aponta-desigualdade-de-genero-no-trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado-no-brasil>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MARX, K. **Manuscrtos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OIT. **Relatório Mundial sobre Salários 2022-2023**. Organização Internacional do Trabalho, 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/relat%C3%B3rio-global-sobre-os-sal%C3%A1rios-2022%E2%80%9323>. Acesso em: 10 dez. 2025.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Trad. Mário L. Ferreira Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.